



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Combate às pensões ilegais

As pensões ilegais já perturbam os residentes há mais de dez anos e, em Macau, existem em alguns edifícios fracções subdivididas que são arrendadas para operar pensões, trazendo problemas de higiene e de segurança contra incêndios. Há ainda outras fracções que se transformam em abrigo de imigrantes ilegais, estabelecimentos de prostituição, local de consumo de droga, local de armazenamento de droga, etc., o que constitui um perigo para a segurança pública.

Macau, enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer, recebe anualmente cerca de 30 milhões de turistas e, ao mesmo tempo, existem cerca de 200 mil trabalhadores não residentes. Devido ao elevado fluxo de pessoas e ao elevado preço dos hotéis, muitas pessoas em situação de permanência fora do prazo autorizado, imigrantes ilegais e trabalhadores ilegais têm necessidades habitacionais, e é por isso que surgiram tantas pensões ilegais.

Em 2010, o Governo aprovou a lei de Proibição de prestação ilegal de alojamento, com o objectivo de combater as pensões ilegais. Nos últimos anos, a Direcção dos Serviços de Turismo e o Corpo de Polícia de Segurança Pública têm intensificado o combate à prestação ilegal de alojamento e conseguiram algum sucesso, mas a situação caótica da prestação ilegal de alojamento ainda não foi erradicada.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1. Neste momento, são os moradores que apresentam denúncias sobre as pensões ilegais. De que outras medidas dispõem as autoridades para fiscalizar essas pensões?
2. Existem plataformas de alojamento temporário e de *homestay* que fornecem serviço de alojamento em Macau sem a devida licença. Assim, o Governo deve entrar em contacto com essas plataformas e exigir-lhes que retirem dali esse serviço de alojamento ilegal, com vista a obstruir, de certo modo, os respectivos canais de reserva. Vai fazê-lo?
3. Recentemente, o Governo criou um grupo de trabalho interdepartamental para analisar profundamente as questões essenciais das pensões ilegais e apresentar o respectivo relatório de estudo. Segundo o relatório, não é sugerida a criminalização das pensões ilegais, e entende-se que o regime deve ser revisto e aperfeiçoado, bem como serão melhorados e reforçados os meios e as medidas de aplicação da lei, e ainda reforçados os trabalhos de sensibilização e divulgação jurídica. Atendendo às sugestões constantes do relatório, o Governo já deu início ao reforço do combate às pensões ilegais? Dispõe de alguma calendarização para o efeito?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Zheng Anting

12 de Março de 2020